

**“Lá, Onde Fui Despejado, Não Tem Água, Não Tem Roçado. Difícil a Vida é Lá”:
Sobrevivência e Condições de Trabalho dos Atingidos pela Barragem de Acauã na Paraíba.**

Emeson Tavares da Silva

Resumo: A época em que vivemos apresenta uma série de desafios e “novidades”, que se impõem ao nosso cotidiano e atravessam os modos de ser, de produzir e (re)produzir nossa existência. A mim foi ensinado que vivemos numa “aldeia global”, onde tudo e todos estão interligados. Tudo acontece e posso acompanhar em “tempo real”: as guerras, as catástrofes, os crimes, a violência urbana; as vitórias, as derrotas; o que é crônico e banal, as exceções que são apregoadas como regra; as agruras e amores de pessoas comuns confinadas em um paraíso ecológico ou dentro de uma casa. É a vida sem causa e sem consequência. Tudo é porque é. No Brasil é visível a ideia de desconstrução, é momento de “modernidade”, de “progresso”, de “isenção do país no primeiro mundo”. Assim impulsionado por esses princípios o governo do Estado da Paraíba se apropriou do pretexto sedutor de suprir as necessidades de abastecimento de água da cidade de Campina Grande e dos municípios de Itatuba, Aroeiras, Ingá, Mogeiro, Itabaiana, Salgado de São Félix, Juripiranga, Pilar, São Miguel de Taipu e Fagundes, ambos localizados na microrregião do Agreste paraibano, que pareceria beneficiar, assim, mais de 134 mil pessoas e constrói a Acauã. Entretanto essa construção não trouxe tal progresso, pelo contrario prejudicou ainda mais as populações ribeirinhas. A proposta desse artigo é discutir as condições de trabalho e a realidade dos atingidos vivida concretamente, dialetizada, proporcionadas pelo deslocamento compulsório no advento da construção da Barragem de Acauã, no agreste paraibano. O estudo é focado em dois reassentamentos, Vila Nova de Pedro Velho e Melancia, esses dois são os que receberam o maior contingente de pessoas, somando hoje mais de 700 famílias. A fim de atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas com os reassentados, com base na metodologia de história oral. O trabalho aponta que as indenizações feitas às famílias atingidas, em muitos casos não foram suficientes para que as mesmas pudessem retomar e reestruturar suas vidas em um novo território, diante da mudança imposta pela construção da barragem e que o deslocamento desestruturou o padrão de organização social da população envolvida. A base teorica-conceitual desse artigo é construída com base nas ideias e inquietações de E.P.Thompson, a partir dos conceitos de cultura, experiência, pois parto da ideia que a experiência de ser atingido pela Barragem de Acauã provocou e alimentou a reflexão, criando condições para a oxigenação do racionalizado, do estruturado, alimentando a formação do movimento dos atingidos por barragens que nasce do dialogo entre razão e realidade, do tratamento dado a esse diálogo, a essa experiência, na consciência. A luta desses trabalhadores por condições melhores de moradia e de vida possibilita historiar o processo de formação de classe trabalhadora no momento presente, mostrando que no atual contexto paraibano há essa experiência de luta revendo a produção historiográfica local que não considera o Estado da Paraíba, nesse atual momento vivido, como ambientes de luta pela terra articuladas e mobilizadas pelos trabalhadores.

Palavras-Chave: realidade vivida, condições de trabalho, atingidos de Acauã

Introdução

Em 14 de Março de 2011, o telejornal da TV Paraíba/Cabo Branco, filiada a Rede Globo noticiou o drama, assim que a apresentadora qualifica a situação dos atingidos pela Barragem de Acauã, vivido pelos atingidos por barragens na Paraíba. A matéria colheu o depoimento de Fernando Garcia, professor aposentado da Universidade Federal de Campina Grande e assessor do Movimento dos Atingidos por Barragens na Paraíba, além da fala de Osvaldo Bernardo, coordenador do MAB-PB, as duas falas relatam a situação vivida nas comunidades atingidas, na íntegra segue a fala de Fernando Garcia:

O drama dessas famílias é que elas perderam suas condições de trabalho e de vida. Antes elas viviam as margens do rio Paraíba, tinham, portanto, terras livres em condições de terem suas atividades agrícolas e também de criação de ovelhas e de gado também. Então, na medida em que o lago encheu elas foram relocadas em conjuntos habitacionais rurais sem acesso a terra. Você tem hoje cerca de 1100 famílias extremamente prejudicadas, sem condições devidas e privadas de sua própria atividade produtiva.(1)

A fala de Garcia é pronunciada em meio a imagens dramáticas da população retirando seus pertences das antigas comunidades, pessoas caminhando em meio as águas, árvores caídas em meio das ruas, casas derrubadas e pessoas desesperadas. Também no dia 14 de Março, só que em outro ano, o jornal Diário da Borborema noticia o seguinte:

Vitimas do Descaso.

Falta de planejamento na construção da Barragem de Acauã prejudica 450 famílias da extinta comunidade de Pedro Velho.

A falta de planejamento na construção da Barragem de Acauã trouxe sérios prejuízos para as 450 famílias da extinta comunidade de Pedro Velho, que culpam o governo anterior pela situação de abandono que vivem hoje. Uma parte das famílias, que trabalhavam como agricultores em suas terras, recebeu uma casa como indenização e, hoje vive sem ter o que fazer, nem de onde tirar o sustento. A outra parte luta para conseguir as indenizações prometidas e não pagas. As casas construídas para abrigar os moradores de Pedro Velho ficam em uma vila que não tem rede de esgotos, calçamento, escola e nem mesmo água potável. (2)

O jornal Diário da Borborema embora tenha uma circulação estadual, o maior foco de leitores deste se concentra na região polarizada pela cidade de Campina Grande, onde ele é editado. Considerado o terceiro maior jornal lido no estado, esse jornal ao contrario de outros, como o Jornal da Paraíba e Correio da Paraíba, apresenta uma certa neutralidade em relação aos grupos políticos do estado.

A maioria dos editores deste jornal não são jornalistas de formação, são, em grande parte, professores universitários das mais variadas áreas do conhecimento o que faz dele avaliado por muitos campinenses o jornal mais democrático da cidade.

O Diário da Borborema, embora não seja lido por tantas pessoas quanto os outros dois já citados, fala pelos moradores, os vitimizam pela situação em que o governo deixou-os. Vitimas também, são qualificadas pelo telejornal da Rede Globo. Entretanto, vale considerar que o dia 14 de Março é tido como o Dia Internacional de Luta dos Atingidos Contra Barragens, o que, em grande medida, justifica essas reportagens.

No entanto, as matérias abordam a situação da população atingida no advento à construção da barragem de Acauã., a submersão de seus povoados e propriedades rurais sob as águas. As casas, plantações, currais, escolas, postos de saúde, praças, igrejas, cemitérios, desapareceram sob as águas.

Apontado esses problemas noticiados na imprensa e o que é visivelmente perceptível *in loco* nas comunidades relocadas ou também chamadas de reassentamentos me indago: será que a construção de uma barragem justifica-se do ponto de vista da população local, tendo em conta os impactos sofridos por esta?

Projeto de Barragem e os reassentamentos

A barragem de Acauã, o terceiro maior reservatório de acumulação de água do estado da Paraíba, foi prometida a beneficiar uma população de aproximadamente 621.974 pessoas, objetivando o abastecimento humano de cidades localizadas na bacia do Rio Paraíba, mas precisamente naquilo que chamamos de Médio Paraíba, região onde se localiza os três municípios da barragem, além de abrigar projetos de irrigação e de piscicultura no Vale do Baixo Paraíba, região as margens das comunidades atingidas e, também para conter enchentes que assolavam os municípios localizados, como, por exemplo, Aroeiras e Natuba a jusante da barragem. (3)

Essa promessa é questionante, recentemente, para ser mais preciso em 03 de maio de 2011 o município de Natuba sofreu uma enchente que como noticiou o site paraiba.com foram 50 famílias desabrigadas.

Chuva de 200 milímetros provoca inundação na cidade de Natuba e deixa 50 famílias desabrigadas

O Município de Natuba, localizado na região do agreste Paraibano, está em estado de calamidade pública por causa da chuva. No município choveu durante mais de 12 horas seguidas e um riacho que passa ao lado da cidade transbordou e invadiu casas, estabelecimentos comerciais, a igreja e prédios públicos. O Centro da cidade ficou coberto de água, uma escola pública desabou e 50 famílias estão desabrigadas, o que levou o prefeito José Lins da Silva Filho a decretar estado de calamidade. O principal acesso a cidade de Natuba está bloqueado e em vários pontos da cidade água chegou a um metro de altura. De acordo com o serviço de meteorologia da Aesa, na região choveu cerca de 200 milímetros em 12 horas. Na semana passada, uma chuva choveu a 190 milímetros. (4)

Assim esse fato aparece como uma constatação de que a obra da barragem não conseguiu sanar os problemas de enchente, o projeto de que a água do referido riacho que atravessa o município de Natuba pudesse desaguar na Barragem de Acauã não efetivado e o resultado foi o dano provocado no município.

Mas a construção de Acauã previa também outras questões. Além da retirada dos habitantes e da indenização por suas terras e residências afetadas, as providências incluíam o reassentamento dos atingidos em várias comunidades. Somam seis as comunidades que foram constituídas, a saber: Cajá, Melancia, Costa, Nova Pedro Velho, Água Paba e Riachão. Esse artigo é focado na realidade de Vila Nova de Pedro Velho e Melancia.

A comunidade de Vila Nova de Pedro Velho está localizada acerca de 17km da sede do município de Aroeiras-PB. É a maior vila do projeto, formada pelo conjunto de 365 casas, abrigando cerca de 470 famílias.

A maioria das casas é do tipo pré-moldado. Possui energia elétrica e telefone público. Não há sistema de transporte regular e a estrada de acesso é muito precária.

O assentamento apresenta problemas de infraestrutura e ausência de serviços sociais. O sistema de abastecimento de água foi implantado, mas nos primeiros anos de assentamento, não funcionava e a população recorria a um barreiro de uma propriedade vizinha, cuja água apresentava sinais visíveis de contaminação por fezes e urina de animais, que também faziam uso da mesma água. O esgotamento sanitário é problemático, com o transbordamento constante das

fossas de captação, cujos dejetos são conduzidos até a Barragem de Acauã.

Outros problemas são verificados nesta comunidade, como escola precária; falta de merenda escolar; assistência médica precária, falta de segurança pública, não disponibilização de área para o cultivo agrícola e para a pecuária.

A comunidade de Melancia, localizada acerca de 15km de distância da sede do município de Itatuba-PB, é formada pelo conjunto de 70 casas, abrangendo 122 famílias

Possui energia elétrica, mas não possui linha telefônica e o acesso a esta comunidade também é bastante ruim, não havendo um sistema de transporte regular, para o deslocamento da população até a sede do município ou a cidade mais próxima.

Os indicativos propostos por E.P.Thompson(1998) propiciam pensar a pesquisa para além dos fatos. Assim, nesse caso específico é necessário perpassar a “grandiosidade” do Projeto Acauã, para além de um projeto político e de saciar a sede da população paraibana, para lançar novos olhares a outras histórias e outras memórias, esquecidas e perdidas em meio à imensidão do projeto.

Nesta ótica, são válidas as afirmações de Déa Ribeiro Fenelon, quando salienta a necessidade de tirar a história de esquemas que a aprisionam para conseguir compreender como se formaram os mecanismos de exploração e como se organizaram os homens para combatê-los, e

assim, recuperar caminhadas, programas fracassados, derrotas e utopias porque nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor e que os projetos alternativos ou as lutas cotidianas ainda que perdedoras, não devem merecer também a nossa atenção de historiadores. (FENELON, 1989, p.25).

Apontando-nos uma perspectiva de investigação que traga para a cena histórica, agentes sociais e realidades antes relegadas, valorizando-lhes o saber e experiência de vida, Déa Fenelon indica também que as realidades sociais não podem e nem devem estar confinadas em modelos preestabelecidos.

Trabalhar na direção proposta por essa autora possibilita a produção de um conhecimento histórico que abarca a experiência humana, onde as pessoas podem se reconhecer como sujeitos sociais. Esta premissa também norteará a presente pesquisa, por possibilitar apreender as experiências dos sujeitos sociais e as várias leituras que estes fazem do vivido

Condições de moradia e vida: a interpretação dos atingidos

Severino de Souza, agricultor de 40 anos, morador da Nova Vila de Pedro Velho relata as condições da casa que ele mora:

Já fizemo uma reforma, as casinha são fraca demais. Lá muita gente tinha uma casa até boa e pegou uma dessa pra não perder tudo. Foi um serviço mal feito da porra. Aqui fai 7 anos que a gente convive aqui e nem uma pedra eles não botam, assim as águas fazendo grotas, entra prefeito e sai prefeito e a coisa é tudo igual.(5)

Como é apontado na fala do entrevistado as casas são muito fracas, o que justifica o fato de muitas casas já terem sido reformadas. Ele reitera ainda, que passados 7 anos, mesmo com a rotatividade do governo pouco se tem feito para a melhoria das condições de moradia. A população que antes residia em casas de alvenaria, atualmente se aglomera em pequenas casas construídas com placas pré-moldadas. O relatório de visita da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. (6) detalha a situação das casas:

As casas tem área construída média de aproximadamente 44 metros quadrados, com pequeno quintal, composta de quarto, sala, cozinha e banheiro. Os cômodos são bastante pequenos. As paredes são feitas de placas de concreto – material comumente utilizado

para a construção de muros de delimitação de terrenos baldios – e não de alvenaria, mostrando-se bastante frágeis, instáveis e inadequadas para a vida rural. As placas de concreto de que são feitas essas casas, são impróprias até mesmo para a construção de muros e mostram-se absolutamente inadequadas para servir de paredes de uma casa, por serem muito finas e não propiciarem o adequado isolamento térmico, ou seja, no calor, o ambiente fica muito quente e quando as temperaturas baixam o ambiente fica muito frio. (CECDDPH, 2007, p. 12)

Esta constituição das casas, pelo que narram os entrevistados, não dava conta de abrigar uma família composta por mais de 2 pessoas, composição que se verifica, por exemplo, na família do próprio Severino de Souza. Este contou o seguinte:

A casa era muito pequeninha. Lá em casa são 5 pessoa, eu e minha mulher durmimo em um quarto e os meninu dormem no outro, por enquanto, enquanto os mininu são pequenu ainda dá lá, mas quando crescerem mais vai ficar difícil caber, eu tive que construir um puxadim, uma outra cozinha atras no quintalzim pra gente ter mais espaço na casa. (7)

Não é difícil nas outras casas encontrar um “puxadinho” tanto na frente das casas como atrás das mesmas. No caso de Severino por enquanto a casa está comportando, em algumas é possível encontrar mais de uma família morando como confidencia Maria Pereira Valente, moradora de 25 anos da vila Melancia:

A primeira pessoa a sair de lá foi minha mãe, lá da comunidade dos Ferros, porque a água chegou a minha casa, que era a primeira casa que tinha. Nós alugamos uma casa lá no sítio de Jurema e passamos um ano e três meses morando lá. Depois disso, a gente saiu de lá e foi pra Vila. Só que as casas eram muito pequenas e não tinham condições de abrigar todo mundo de minha família que é grande. São dez pessoas. Meu irmão casou e tinha a mulher dele que também morava junto conosco. A casa não tinha condições nenhuma, porque só tem dois quartos, um banheiro, uma sala e uma cozinha muito pequena. Por isso, meu pai teve que reformar a casa e fazer outro quarto e uma cozinha, pois não tinha condições nenhuma. (8)

Antes mesmo que as casas das novas vilas fossem construídas muitas pessoas já haviam sido atingidas o que levou muita gente a procurar alguns locais alternativos para viverem até a conclusão da nova residência foi o que aconteceu com a família de Maria Pereira. Questionada sobre o período que ela passou morando de aluguel e o porquê do irmão morar com eles e não ter conseguido outra casa, ela fala o seguinte:

É que quando eles chegaram lá em casa pra indenizar meu irmão ainda não tinha casado, tava só namorando. Também foi muito antes, quase dois anos antes. A gente nem sonhava que meu irmão ia casar e ficamos morando lá no sítio porque não tinha casa pra gente. (9)

O relato da dona de casa aponta para o fato de que a situação dessa família foi resultado da organização do processo de indenização adotada pelo governo.

Ampliar a casa não foi uma medida adotada apenas pelo pai de Maria Pereira, ou Severino ao caminhar pelas comunidades de Melancia, local onde essa dona de casa reside e Vila Nova de Pedro Velho, local de residência de Severino é possível encontrar uma série de outras, para não dizer que maioria, das casas foram ampliadas e reformadas.

Esse cenário, entretanto não se resume a isso apenas. De acordo com o relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana,

os atingidos foram obrigados a mudar seu modo de vida: saíram de uma vida tradicionalmente rural para um meio urbano(sem que tenha estrutura de uma aglomeração urbana). Não há terras agricultáveis, nem terrenos que permitam a criação de animais. As famílias nada produzem. Não há alternativas de trabalho para esses cidadãos de pouca instrução, totalmente adaptados a vida do campo. (CECDDPH, 2007, p.8, grifo meu)

Neste sentido, parece instigante e profícua uma ponderação ao que Raymond Willians faz a respeito da imagem do campo e da cidade:

É significativo que a imagem comum do campo seja agora uma imagem do passado, e a imagem comum da cidade, uma imagem do futuro. Se as isolarmos deste modo, fica faltando o presente. (...) Assim, num presente vivenciado enquanto tensão, usamos o contraste entre campo e cidade para ratificar uma divisão e um conflito de impulsos ainda não resolvidos, que talvez fosse melhor encarar em seus próprios termos (WILLIAMS, 1989, p.397).

Para Williams, a ideia de campo como algo que remete ao passado - à tradição, aos costumes humanos e naturais - e a ideia de cidade como algo que remete ao futuro - ao progresso, à modernização - nos leva a uma incongruência, pois não situamos o momento presente. Desse modo, a tensão entre passado e futuro é reveladora, pois indica o modo como nos situamos no presente.

Tais pressupostos podem ser trazidos para pensar a realidade das comunidades reassentadas em análise nessa pesquisa. Como a população reassentada se situa a partir do momento em que é deslocada compulsoriamente de local rural para um urbano? A entrevista de Manoel Matias da Silva, 28 anos, morador da vila Melancia me ajudou a compreender essa questão: “Eu sai de casa e vim morar nessa vila que fizeram por causa da barragem. Foi ruim porque onde a gente morava era bom. Era bom de criar, de botar roçado. Eu perdi tudo e só recebi a casa. Hoje eu trabalho com carvão e recebo a cesta básica” (10)

Algumas mudanças ocorreram na vida cotidiana de Manoel, entretanto a sua principal atividade produtiva – fazer carvão – se manteve. Todavia a maioria da população teve se adequar a nova situação. Maria de Lourdes, já apresentada nesse texto, me confidenciou que no começo, quando chegou a comunidade era muito ruim, mas no momento já havia se adequado. Questionado sobre esse fato, Abel Francisco de Andrade, 39 anos, militante do MAB e morador de Nova Vila de Pedro Velho me relatou o seguinte:

Hoje, eu faço as minhas as palavras de Certeau quando ele diz (...) em a Invenção do cotidiano, sobre a invenção do homem ordinário ele há de encontrar mil e umas formas de sobrevivência mesmo em uma situação daquelas. É incrível a capacidade que as pessoas tem de sobreviver. As pessoas que veem de fora, por exemplo, ficam se perguntando: rapaz esse povo aqui vive de que? Porque você não encontra uma área de plantio, não encontra, não existe isso lá, no entanto alguns levam a vida pescando que é a única fonte de renda concreta que nós temos hoje(...) (11)

Michel De Certeau citado na fala de Abel foi um historiador francês e desenvolveu trabalhos que conjugavam História, Linguística, Psicanálise e Antropologia. Dentre suas principais obras estão: A Cultura no Plural (1974), A Escrita da História (1975) e A Invenção do Cotidiano (1980) é neste último que o autor se refere ao que ele chama de homem ordinário. O homem ordinário é aquele capaz de inventar o cotidiano com mil maneiras de sobreviver e se manter em um local por mais difícil que seja, escapando silenciosamente de quaisquer conformação. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço e do uso ao jeito de cada um.

O conhecimento do autor citado pelo entrevistado não é toa. Abel Francisco é estudante e professor de História e segundo ele é fã desse autor. O entrevistado demonstra que as pessoas são capazes de adaptarem as situações, entretanto reconhece que nem por isso a situação é boa.

Em uma outra entrevista é possível perceber a dimensão da mudança das condições de trabalho. Carlos Antônio da Silva, agricultor de 30 anos, morador da Nova Vila de Pedro Velho perguntado relata o seguinte:

Só sei que a gente tinha atividade da gente lá. Com o enchimento da barragem, nós saímos de lá e ficamos com muita saudade de Pedro Velho. Lá a gente criava muitas coisas. Tinha água perto pra nós carregar(...) tinha muita lenha (...). De repente, essa enchente

chegou, pegou a gente de surpresa e a gente teve de sair. Como a gente vivia antes tudo era mais fácil. A gente vivia nas margem do rio. Então, lá eu nasci. Meu pai era plantadó, agricultó. Plantava feijão essas coisa. Agora ele tá plantano, só que é mai difícil, porque tem que descer lá pra barragem e é pior. Eu me criei com minha bisavó, desde os sete ou oito ano. Ela ainda é viva. Até hoje ela sofre com a mudança, porque ela criava bicho e a gente vivia disso. Ela tinha vaca, tinha as coisas. O quintal dela era todo plantado de capim, essas coisas. E agora vivemos nas casinha de placa, com quintalzinho que não dá pra nada. (12)

O agricultor é preciso nas suas colocações e aponta que a atividade produtiva do pai embora em condições mais difíceis, uma vez que tem que caminhar em media uns 2 a 3km até o local de plantio e esse trabalho já é desenvolvido em terras dos outros, o que leva o agricultor a muitas vezes ter que pagar pelo produzido e muitas vezes como relata Manoel Matias: “Pra fazer roçado, os donos não dão as terras pra trabalhar. Somente algumas pessoas dão e é muito difícil o roçado lá. Não tem não, para o povo não”(13). A maior parte dessas terras em que muitos dos atingidos vão trabalhar são de latifundiários que possuem terras a jusante da barragem.

As condições de trabalho foram alteradas, a ausência de trabalho, se antes já existia, se agravou e, também, se intensificou a forte dependência da população com relação às ações assistenciais do Governo, como afirma no mesmo relato o agricultor Carlos Antonio: “ As pessoas vivem das feiras basicas que o MAB distribui e da bolsa família e pronto. Os empregos que tem são da prefeitura e o prefeito passa meses sem pagar”(14)

A renda mensal por família pesquisada foi calculada por Lins(2006) em torno de R\$ 212,33 em Cajá e de R\$ 284,14 em Melancia, com perda media, após a realocação, em torno de 31% em Cajá e de cerca de 10% em Melancia. Vale ressaltar que na maioria das casas, as famílias contam apenas com a renda da aposentadoria dos mais velhos e com as referidas cestas básica doadas pelo Governo Federal. Sobre isso o estudante de 20 anos, Erivaldo Barbosa morador de Vila Nova de Pedro Velho relatou o seguinte:

Desde seis meses de idade que eu vivo com a minha avó. Então quando eu falo de sair de casa ela bota pra chorá e eu não saio de casa. Só que o jeito é sair mermo, porque eu não vou ter ela viva pra toda vida, não vou ter como me sustentar. Então tenho que continuar tentando conseguir emprego. O pessoal dos mercadinhos, os que tem material de construção colocam só o pessoal da família. As vezes a gente tem de se rebaixar, de pedir pra trabalhá e as vezes até pilhera a gente leva, nome de vagabundo, que vive de rua a cima rua a baixo e não arruma emprego, trabalho(...). A gente tem que ficar assim, pra lá e pra cá. Vamo ao mato tirar lenha pra vender, fazemo carvão, batemo tijolo pra vender. Então é muita dificuldade pra gente. Eu quero que o povo tenha um meio de emprego pra trabalhar. (15)

A ideia de migração e a busca de trabalho em outros locais é bastante recorrente quando se conversa com os jovens nas comunidades. No caso de Erivaldo ele mora sozinho com sua vó, uma senhora com mais de 85 anos e ele se sente na obrigação de cuidar da senhora. Os dois vivem basicamente da aposentadoria da idosa, um valor equivalente a R\$ 560, 00 mensais e na busca por trabalho, raramente arruma o chamado “bico”, trabalhos esporádicos como tirar lenha ou fazer tijolo. Esses motivos levam, inclusive, aos pais incentivarem seus filhos a migrarem para outros locais é o caso de Severino de Souza: “Eu espero que, quando cresçam, eles tomem destino né? Que estude pra ter um futuro melhor. Eu mermo vou incentivar eles pra sair daqui porque se for pra arrumar alguma coisa aqui o caba não arruma nunca não. Depoi que tiver de maior eles escolham” (16).

Severino é pai de quatro filhos de idade que varia de 1 ano a 10 anos. Fiquei me perguntando como que um pai pode pensar e inclusive incentivar para que os seus filhos saiam de seus lugares de nascimento, ou em outras falas de “debaixo de suas saias”? A resposta estava na

sequencia de sua fala. O agricultor se emociona e se retira do local o que leva a crer que impulsionando os filhos a estudarem e buscarem outros locais para sobreviverem terão uma vida melhor.

É consenso entre os moradores contatados nas visitas e entre os entrevistados que os povoados ofereciam mais estrutura na fase anterior à construção da barragem. A agricultura continua sendo uma atividade desenvolvida pelos moradores das comunidades, mas já não como antes. Atualmente o comercio está sendo um forte atrativo nas comunidades, em Nova Vila de Pedro Velho é possível encontrar em uma só rua pelo menos 3 “bodegas”, pequenas mercearias destinadas basicamente a venda de bebidas alcoólicas e em algumas bens de uso pessoal, como material de limpeza e alimentícios. Sobre isso Abel relatou que “hoje, as coisas melhoram para um grupo de pessoas, principalmente os comerciantes porque as áreas produtivas foram inundadas e pra onde as famílias foram alocadas ou relocadas (...) não existem áreas de cultivo ou criação”.(17)

O jornalista Germano Barbosa questionado sobre a quantidade de “bodegas” e a consequente venda de bebidas alcoólicas me responde o seguinte:

O ócio leva a situações deploráveis. Você acompanha como eu a situação do craque, da maconha (...) que infelizmente chegou em Pedro Velho de uma forma devastadora, (...) lamentável. Você sem ter o que fazer, você procura uma ocupação. A droga é um passatempo inicialmente, depois é um pesadelo pro resto da vida não é? É um dado que tem que ser tratado(...). Eu vejo com muito desalento isso que você fala(...O ócio leva a situações deploráveis. Você acompanha como eu a situação do craque, da maconha (...) que infelizmente chegou em Pedro Velho de uma forma devastadora, (...) lamentável. Você sem ter o que fazer, você procura uma ocupação. A droga é um passatempo inicialmente, depois é um pesadelo pro resto da vida não é? É um dado que tem que ser tratado(...). Eu vejo com muito desalento isso que você fala(...) Olha o álcool, a maconha e o craque são infelizmente as fontes de, eu coloco entre aspas, lazer pra muitos jovens de Pedro Velho, isso dói dizer, mas é uma constatação(...) Lamentável demais, mas eu ainda acho que ainda há tempo de se fazer alguma coisa. Eu apelo até o MAB, aos poderes constituídos, a igreja.(18)

Sem ter uma atividade produtiva ou de lazer para desenvolver muitos dos moradores e especificamente os jovens buscam alternativas para desempenhar alguma atividade, muitos como relatou Germano, encontram nos bares. As drogas, presentes também nas comunidades, são um forte atrativo, o que é problemático mediante as situações vivenciadas nas comunidades e que até o presente momento não verifiquei nenhum ato de combate a isso, as coisas funcionam “as escuras”, são obscurecidas perante a população.

Mediante tal situação, aqueles que querem trabalhar, quase sempre o jeito é buscar em outro local, como aponta Severino Souza:

Eu trabalho no campo, trabalho com veneno, as vezes é roçando mato (...) Trabalho por dia. Daqui só tem eu mermo. Trabalhava um outro pessoal de lá, de um lugar chamado Aguá Paba. Eu trabalho ali perto de São Vicente Férreo. Aqui é difícil demais de trabalho aqui, se o caba não se deslocar pra fora aqui ele não consegue nada não, alguns vão pro Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, as vezes consegue trabalho em João Pessoa, Campina mermo. (19)

O agricultor trabalha em São Vicente Férreo, no interior pernambucano e faz basicamente o que já fazia antes da barragem, nesse trabalho ele ganha em media R\$ 600,00 para manter a sua família composta por seis membros. Sua família é considerada de baixa renda pelo Governo Federal pelo qual ela é beneficiada pelo programa Bolsa Família.(20). Além disso a família ainda recebe a cesta básica pelo governo em virtude de ter sido atingida, que segundo o agricultor ainda é irregular: “A cesta é composta por arroi, feijão, macarrão, fuba, oleo, só não vem carne, nem

outras coisas. Comida grosseira vem bastante(...) É uma vez no meis, mai não é todo mei não sabe?! As veiz passa dois, treis mei sem vim, mai de qualquer forma ajuda”.(21)

Severino também falou sobre o que ele esperava do futuro: “Daqui mermo sobre melhorá pra gente aqui eu acho aqui só se entrá um prefeito aí que faça alguma coisa pelo lugar né? Vá a busca. Mai sobre trabalho aqui acho que vai ser essa coisa assim direto”(22) Descrente, o agricultor deposita as chances de um futuro melhor nas mãos de um governante.

Outras atividades produtivas além da agricultura, do comércio são desenvolvidas nas comunidades. A criação de animais, por exemplo, alguns criam animais sob condições precárias e são comuns pequenos rebanhos de caprinos por entre as ruelas dos povoados e currais improvisados nos pequenos quintais com poucas reses.

A pesca, a atividade praticada e diretamente ligada à barragem, é praticada de acordo com Lins(2006) por cerca de 25% dos moradores que ela entrevistou nas comunidades. Estes utilizam o reservatório de Acauã para esta finalidade. Entretanto, 60% das pessoas que participaram da pesquisa da referida autora declararam-se insatisfeitas com esta prática. Todavia em conversas com pescadores da comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, eles me revelaram que há cerca de 1,8 mil pescadores que vivem basicamente dessa atividade. Segundo eles, há períodos em que a pesca é um ótimo atrativo e dá para sobreviverem da pesca, mas, em média, eles acumulam uma renda de R\$ 500, 00 a R\$ 600, 00 mensais.

Algumas Considerações

A conclusão da barragem de Acauã no Agreste paraibano, em 2002 como aponta Oliveira (2002) fez desaparecer inúmeras paisagens, lugares onde estavam depositados anos de história, cuja destruição significou para seus moradores a ameaça a seus referenciais, ou até mesmo a ruptura desses referenciais. Para os atingidos, o significado do projeto Acauã é forte. Acauã não representa apenas a solução para a falta de água na região, como também sua construção é exorbitantemente questionada por esses sujeitos que perderam espaços e paisagens, e por certo, vivenciaram as transformações. Para os homens e mulheres que conviveram com esse tempo, presenciar a construção de Acauã e a formação do seu reservatório significou, de certa forma, tornar-se um ser “subjugado” aos “caprichos” trazidos por essa “redenção”

Dessa forma, é imprescindível adentrar esse turbilhão de mudanças, que veio destruindo os resquícios da experiência de tantas pessoas e optar por um outro olhar, que se alicerce em apreender e tornar visível a história compreendida como as: “experiências de mulheres e homens que, mesmo sob determinadas condições”, vivenciaram um espaço, construíram sentidos e por vezes acreditaram na possibilidade de sua participação enquanto sujeitos de seu tempo (THOMPSON, 1991, p.54).

A pesquisa aponta que, as medidas de solução dos efeitos sofridos pelos atingidos de Acauã adotadas pelo governo resumiram-se à compensação monetárias irrisórias e/ou à cessão de uma unidade habitacional nos referidos conjuntos habitacionais rurais. Estas medidas relatadas nos relatos dos entrevistados foram problemáticas porque não foram acompanhadas de provisões para infraestrutura local.

Referencias

FENELON, D. Ribeiro. *Trabalho, cultura e história social: perspectivas de investigação*. In: Projeto história 4. São Paulo: Educ. 1989

LINS, Ruceline Paiva. *Limnologia da Barragem de Acauã e codeterminantes socioeconomicos do seu entorno: uma nova interação do limnólogo com sua unidade de estudo*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Centro de Ciências Exatas e da Natureza. UFPB. João Pessoa, 2006. 134p

OLIVEIRA, Fernando Garcia de. *Relatório do Primeiro Encontro dos Atingidos pela Barragem de Acauã*, Pedro Velho, Aroeiras-PB: Não publicado, 21 e 22 de Dezembro de 2002. 23p

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O tempo, a disciplina no trabalho e o capitalismo industrial*. In: SILVA T. Tadeu (org). Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

WILLIAMS, Raymond. *Campo e Cidade: na História e na Literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

1 Reportagem do Telejornal Bom Dia Paraíba do dia 14 de Março de 2011. Disponível no site: <http://bomdia.cabobranco.tv.br/index.php?ev=1&yearID=2011&monthID=3&d=2011-03-14> Acesso em 10 de maio de 2011

2 Vitimas do Descaso. *Diário da Borborema*, Campina Grande-PB. E4. Domingo. 14 de Março de 2004

3 Dados constatados em: GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA. SEMARH. SECRETARIA EXTRAORDINARIA DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS HIDRICOS E MINERAIS. Relatório: Situação atual das comunidades da Barragem de Acauã. Joao Pessoa, SEMARH, 2004, 6p

4 Fonte: <http://www.paraiba.com.br/2011/05/03/88604-chuva-de-200-milimetros-provoca-inundacao-na-cidade-de-natuba-e-deixa-50-familias-desabrigadas>. Acesso em 10 de maio de 2011

5 Severino de Souza. 40 anos, agricultor, morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada no dia 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, Paraíba.

6 O CDDPH institui uma Comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens. As Resoluções 15/2006, 21/2006 e 26/2006, do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Presidente do CDDPH, determinaram a constituição desta Comissão Especial.

7 Severino de Souza. Entrevista já citada.

8 Maria Pereira Valente, 25 anos, dona de casa, moradora da vila Melancia. Entrevista realizada em 10 de Março de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Melancia- Natuba, Paraíba

9 Maria Pereira Valente. Entrevista já citada.

10 Manoel Matias da Silva, 28 anos, agricultor e morador de Melancia Entrevista realizada em 10 de Março de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Melancia- Natuba, Paraíba

11 Abel Francisco Andrade, 39 anos, professor, militante do MAB e morador de Nova Vila de Pedro Velho. Entrevista realizada em 23 de Maio de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Aroeiras-PB

12 Carlos Antonio da Silva, 30 anos, agricultor e morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada em 11 de Abril de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Vila Nova de Pedro Velho- Aroeiras, PB

13 Manoel Matias. Entrevista já citada

14 Carlos Antonio. Entrevista já citada.

15 Eivaldo da Silva, 20 anos, estudante e morador de Vila Nova de Pedro Velho. Entrevista realizada em 16 de fevereiro de 2011 por Emeson Tavares da Silva em Campina Grande, Paraíba

16 Severino. Entrevista já citada

17 Abel Francisco. Entrevista já citada

18 Germano Barbosa, 54 anos, jornalista, ex-morador de Pedro Velho e atualmente reside em João Pessoa-PB onde trabalha. Entrevista realizada em 10 de Maio de 2011 por Emeson Tavares da Silva em João Pessoa, Paraíba.

19 Severino de Souza. Entrevista já citada

20 O Bolsa Família é um programa do Governo Federal que oferece um auxílio financeiro com o intuito de beneficiar famílias em condições de pobreza ou de extrema pobreza.

21 Severino de Souza. Entrevista já citada.

22 Severino de Souza. Entrevista já citada.